

Mineiro do município de Soledade, no interior de Minas Gerais, o engenheiro José Geraldo Maciel ocupa pela quinta vez uma secretaria do Governo do Distrito Federal. Nomeado para a Saúde pelo ex-governador Joaquim Roriz durante um momento de crise, continua à frente da pasta a convite do primo José Roberto Arruda, de quem também foi assessor, quando o atual governador, pefelista como ele, exercia mandato de senador.

Quando o seu nome foi confirmado mais uma vez para estar à frente da Secretaria de Saúde, houve resistência da classe médica?

A resistência não foi da classe médica. Foi de alguns trabalhadores da saúde. O governador Arruda, antes de me convidar, consultou profissionais da área, representantes do Ministério da Saúde e do Ministério Público e minha indicação foi unânime. Só para constar, um dos melhores secretários de Infra-Estrutura, Obras e Transporte de Minas Gerais, Agostinho Patrus, era médico. Assim como sou engenheiro e posso ter uma boa gestão. Sou antes de tudo um gestor público.

Depois de dois anos à frente da Secretaria de Saúde, qual é o diagnóstico que o senhor faz do setor?

— Eu fiquei à frente da Secretaria como bombeiro. Eu assumi a pasta em um momento em que a rede estava inteiramente desabastecida, equipamentos quebrados, com uma CPI da Saúde. No primeiro ano deu para avançar bastante, mas não deu para fazer um tipo de gestão que nós queríamos. Tenho outra oportunidade agora.

A CPI da Saúde constatou uma série de irregularidades na rede pública. Que providências foram adotadas em relação aos servidores envolvidos?

— Com relação aos servidores, os nomes foram encaminhados ao Ministério Público, que já se pronunciou pedindo a Justiça instauração dos processos legais pertinentes. Estamos fazendo um redesenho da Secretaria. Temos um gasto muito grande com cargos comissionados. Dos 25 mil servidores, 2.400 são comissionados. Queremos cortar, no mínimo 30% disso. Sobre desvio de remédios, materiais e insumos, foram instauradas sindicâncias pela CPI, que estão em andamento para apurar as irregularidades. O importante é que aproveitamos os resultados dos trabalhos da CPI para corrigir os erros e não deixar repetir o que aconteceu no passado.

A área econômica acusou um déficit nas contas públicas de quase R\$ 400 milhões. Como essa constatação afeta a Secretaria de Saúde?

— Afeta bastante. Com os hospitais privados temos hoje uma dívida de R\$ 20 milhões. Ela foi renegociada e será paga em 10 vezes. As faturas não atrasarão mais. Tínhamos uma dívida desde setembro com o Instituto do Coração, que estava praticamente parando. Fizemos um pagamento de R\$ 1,2 milhão. É nossa preocupação quitar esse débitos pois precisamos de ambos com leitos de UTI e serviços. Rede Pública não tem leitos suficientes.

“A rede hospitalar precisa de mais 1.500 médicos”

Rafania Almeida

À frente da Secretaria de Saúde desde março de 2005, José Geraldo Maciel acredita que tenha superado período de crises durante o governo de Maria de Lourdes Abadia para agora fazer uma gestão mais eficiente da rede pública do DF. Em entrevista exclusiva ao **Jornal do Brasil**, Maciel promete evitar a falta de médicos e remédios fazendo mais contratações. Também quer reforçar o estoque de material e firmar convênio com o Instituto do Coração (Incor) para desafogar o sistema público de saúde. Com isso, acredita, poderá realizar os primeiros transplantes de fígado e coração do DF. Segundo ele, faltam 1.500 médicos à rede hospitalar, embora 300 aprovados em concurso tenham sido chamados em janeiro.

Para o secretário, o orçamento de R\$ 2 bi-

lhões destinados à área poderão ser insuficientes para cumprir todas as metas determinadas pelo governador José Roberto Arruda, como informatização do sistema, criação do Cartão Saúde do Cidadão, melhoria de Centros de Saúde e construção de novos hospitais. Além de dinamizar o atendimento e o resultado de exames, o secretário terá a tarefa de firmar parceria com órgãos de Saúde do Entorno, que hoje sufoca a rede do DF e superlota hospitais regionais. O prazo para as mudanças comecem, de acordo com Maciel, é a partir de abril, com a reestruturação da Secretaria. O engenheiro afirma estar apto para permanecer à frente da pasta da Saúde e implementar programas para acabar com as filas de cirurgias mais simples na rede pública, que hoje somam 17.400 pacientes. Maciel pretende ainda criar comissão para captar órgãos e amenizar o sofrimento para os 800 pacientes que fazem hemodiálise no DF.

MARCOS BRANDÃO



O seu antecessor, Arnaldo Bernardino, assegurou que não havia como evitar convênios com os hospitais particulares, uma vez que à rede pública faltam recursos humanos e materiais. Existe a possibilidade de a rede pública tornar-se independente?

— Em nenhum lugar no mundo existe um sistema independente. A rede particular deve sim trabalhar com a pública, mas de forma complementar e não estrutural. Aqui no DF, hoje, 94% da rede é pública. A privada contribui com 6%. A Secretaria estava inteiramente desabastecida em termo de materiais. Pelo menos 80% dos equipamentos estavam fora de serviço. Mas a rede pública de saúde do DF tem profissionais extremamente competentes e devemos representar a maioria no sistema.

O Incor-DF já se colocou à disposição da rede pública para receber pacientes. Como o senhor pretende inserir mais essa unidade no sistema público do DF?

— Na terça-feira, eu, o presidente da Fundação Zerbini de São Paulo e o superintendente no DF

“Cartão-saúde só se concretizará com a contratação de empresa de informática, prevista para o início de março

“O Entorno precisa de 1.700 leitos, mas os novos hospitais em obras proporcionarão apenas 600 deles

estaremos reunidos para fechar um convênio da Secretaria com o instituto. Hoje eles nos prestam serviços, mas apenas com o convênio o sistema funcionará, já que os interesses de ambos serão atendidos. Fecharemos, nesta semana, os detalhes do convênio e tudo que não pudermos atender na rede pública, irá para o Incor. No início de março já realizaremos o primeiro transplante de fígado no DF, em

parceria com o Incor.

Quais medidas seriam indispensáveis para garantir um atendimento de melhor qualidade aos que procuram a rede pública de saúde?

— Primeiro, o paciente deve chegar ao centro de saúde e encontrar um médico. Segundo, não podemos deixar mais faltar remédios e garantir a rapidez na entrega dos exames. A Secretaria tem metas importantes como a colocação de postos 24 horas nas cidades onde não há hospital. Três já foram implementados, em São Sebastião, Núcleo Bandeirantes e Recanto das Emas. Deveremos ampliar a assistência à saúde da mulher, o controle de hipertensão arterial, com 63 mil pacientes e de diabetes, com 37 mil. Outra meta importante é implantar um programa que zere as filas para cirurgia de varizes, amígdala, de joelho e pediátricas.

Apesar dos esforços anunciados pelo governo, as reclamações sobre a qualidade do atendimento, da falta de médicos, de equipamentos quebrados, na demora para reali-

zação de exames mais complexos e da falta de remédios não cessam. Como o senhor pretende sanar esses problemas?

— O governador liberou, na segunda quinzena de janeiro, R\$ 54 milhões para que tenhamos estoque, para três meses, de remédios usados na nossa rede. Fizemos a compra para janeiro, fevereiro e março. Faremos uma nova para abril, maio e junho. Estamos procurando implementar uma gestão da administração que seja eficiente.

Existe um déficit de profissionais na área da saúde, já que falta atendimento ou ele é muito demorado?

— Hoje precisaríamos de mais 1.500 médicos na rede. Faremos um recadastramento de todos os profissionais da saúde pública, porque, em alguns lugares, pode estar havendo excesso e em outros carência. Em janeiro já convocamos 300 aprovados no concurso de 2005.

Na sua opinião, os governos estaduais e municipais de Goiás e Minas se revelam descompromissados com a saúde pública nos municípios do Entorno? Como explicar que as populações dessas cidades só recorram ao DF em busca de atendimento?

— Já estamos discutindo com a Secretaria de Saúde desses Estados soluções para a rede. O Ministério da Saúde está participando dessas negociações para solucionarmos as pendências da área. O Entorno precisa de 1.700 novos leitos de hospitais. Com a construção de hospitais em Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Novo, Gama e Valparaíso teremos apenas 600. Essa necessidade pode cair com a implantação de 127 equipes do Saúde da Família que estão previstas, criação de 10 policlínicas, para fazer atenção básica e melhoria a saúde. No Entorno ainda não tem esse tipo de atendimento. Eles recorrem ao DF ou à Goiânia.

Durante a campanha eleitoral, o governador José Roberto Arruda anunciou que implantaria o cartão-saúde e informatizaria toda a rede pública. Quando os pacientes poderão usufruir desse novo sistema?

— Poderíamos começar com o cartão-saúde neste mês. Porém, estávamos trabalhando com a Codeplan, mas ela será extinta. Agora teremos de fazer uma contratação emergencial de uma empresa para prestar o serviço de informatização da Secretaria. A Codeplan fica até o fim de fevereiro com serviços de maior urgência. O cartão e a informatização só serão concretizados com a contratação da nova empresa, cuja licitação deverá ser feita no início de março.